



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 2 - 16 de fevereiro de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- OMC alerta contra o protecionismo e promete aumentar monitoramento 1
- EUA: Senado aprova pacote de estímulo exigências moderadas de “Buy American” 2
- Unctad: especialistas incentivam Cooperação Sul-Sul como resposta à crise 4

NOTÍCIAS REGIONAIS

- Brasil critica apreensão de medicamentos genéricos pela UE..... 6
- Pacote de estímulo dos EUA deverá promover o setor de biocombustíveis 7

BREVES MULTILATERAIS

- Reunião em Madri pede “segurança alimentar para todos” 8
- Desemprego assume foco da crise econômica .. 10

BREVES REGIONAIS

- Missão de promoção comercial estreita laços com a África 11
- Exportadores brasileiros de alimentos prospectam mercados no Japão 12

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 13
- Fóruns Regionais 14
- Informações Úteis 14

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

OMC alerta contra o protecionismo e promete aumentar monitoramento

Em meio à crescente preocupação de que o protecionismo pode aprofundar ainda mais aquilo o que parece ser a pior crise em décadas, a Organização Mundial do Comércio (OMC) está preparada para reforçar seu controle sobre as políticas comerciais introduzidas por governos que lutam contra a crise econômica mundial.

Os Membros da OMC receberam com satisfação a publicação recente de um relatório elaborado pelo secretariado da Organização, que descreve uma série de políticas comerciais que os governos têm adotado desde o último mês de setembro. Tais diretrizes representam diversos tipos de medida, desde o aumento de tarifas e o licenciamento de regulamentações para salvar os setores financeiro e industrial, até diferentes tipos de apoio à exportação e medidas para suavizar os efeitos da crise de crédito sobre as finanças comerciais.

O secretariado da OMC parece estar preparado para publicar relatórios similares ao mencionado acima a cada dois ou três meses. O próximo relatório está previsto para meados de março, um pouco antes da importante reunião do G20 financeiro em abril.

O relatório publicado em 26 de janeiro pelo Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, revela que, até o presente momento, existem “evidências limitadas” sobre o aumento das barreiras comerciais, entretanto, a Organização alerta para os riscos do protecionismo. Por outro lado, a diminuição da demanda mundial levou o Fundo Monetário Internacional a projetar uma retração de 2,8% para o volume total de comércio global

em 2009 – a queda mais severa nos últimos 25 anos.

Pascal Lamy apresentou seu relatório durante uma reunião do Grupo de Revisão de Políticas Comerciais (Trade Policy Review Body) em 9 de fevereiro.

O Diretor Geral afirmou que a iniciativa de monitoramento reflete a responsabilidade da OMC de desempenhar um papel ativo e construtivo no processo de restauração do crescimento saudável do comércio. Lamy acredita que tal monitoramento deverá continuar enquanto a situação econômica global o exigir.

Pascal Lamy reconheceu, todavia, que o relatório apresenta certas limitações, especialmente no que se refere à falta de precisão das fontes de dados e notícias públicas, sobre as quais o secretariado se apoiou para formular o documento.

Lamy ressaltou a necessidade de vigilância sobre as políticas que distorcem o comércio, ao afirmar que o mundo está apenas no “estágio inicial de uma resposta política” à recessão. O Diretor Geral também congratulou os Presidentes brasileiro e estadunidense, Luis Inácio Lula da Silva e Barak Obama, respectivamente, por suas recentes intervenções em defesa da resistência às pressões para um protecionismo doméstico, e pela manutenção da abertura de suas economias à competição estrangeira.

O Presidente Lula rejeitou uma proposta de seu governo para a eliminação da exigência de emissão de licença prévia para 60% das importações brasileiras; Barak Obama, por sua vez, foi contrário ao pedido do Congresso estadunidense de aprovação de um pacote de estímulo fiscal de 800 bilhões de dólares para a inclusão de cláusulas “Buy American” (ver artigo referente a tal cláusula nesta edição) que obrigam a compra de aço produzido nos Estados Unidos da América (EUA) e outros insumos estadunidenses.

Fontes afirmam que diversas delegações asseguraram que divulgarão melhor à OMC suas políticas comerciais. Os governos são particularmente pouco confiáveis em relação à notificação à Organização de suas práticas em

relação a subsídios agrícolas e políticas tarifárias, infringindo rotineiramente diversos requerimentos de transparência.

Vários países em desenvolvimento (PEDs) chamaram atenção para o fato de que a origem da crise econômica deu-se no hemisfério ocidental, em especial nos EUA, e pediram para que o próximo relatório tenha um enfoque especial em como as pequenas e médias economias estão se saindo na atual conjuntura econômica mundial.

A Bolívia questionou o fato de Lamy ter excedido seu mandato anual de revisão do cenário comercial, ao afirmar que houve discussões multilaterais inadequadas a respeito do objetivo do relatório. O Embaixador boliviano em Genebra afirmou também que as atividades de monitoramento deveriam explorar as distorções comerciais resultantes das medidas de recuperação financeira, além de esclarecer se as medidas dos PEDs são motivadas pela crise ou por outros desafios domésticos.

O atual presidente do Comitê de Revisão de Políticas Comerciais, Embaixador da Nigéria, Yonov Frederick Agah, prometeu que seu sucessor, que assumirá o cargo em breve, e o novo presidente do Conselho Geral deverão consultar os Membros a respeito do processo de monitoramento.

Apesar de confidencial e restrito aos Membros da OMC, o relatório de 26 de janeiro foi extensivamente comentado na imprensa internacional. O mesmo deverá ocorrer com a sua próxima edição.

Tradução de artigo originalmente publicado em Bridges Weekly Trade News Digest, Vol. 13, No. 5, 12 fev. 2009.

EUA: Senado aprova pacote de estímulo exigências moderadas de “Buy American”

O Senado estadunidense aprovou, em 10 de fevereiro, um pacote de estímulo à economia que inclui as controversas exigências “Buy American”

para a compra governamental de ferro, aço e produtos manufaturados, além de uma cláusula que garante que as provisões domésticas não afetarão as obrigações de comércio internacional assumidas pelos Estados Unidos da América (EUA).

O pacote de USD 838 bilhões, aprovado por 67 votos a 31, visa ao fortalecimento da economia estadunidense por meio da concessão de fundos à construção de escolas, por exemplo, bem como a benefícios à população desempregada e créditos tributários expandidos à compra da primeira casa própria.

Ao menos uma seção do referido pacote – referente às exigências “Buy American” – chamou a atenção dos parceiros comerciais dos EUA. O dispositivo estabelecia que, sob certas condições, todo o ferro e aço para a “construção, alteração, manutenção ou reparação de um edifício público ou projeto público” deveriam ser produzidos nos EUA. A versão aprovada no Senado estendeu a exigência aos produtos manufaturados. No entanto, após forte pressão internacional, o Senado enfatizou que a medida deve ser aplicada “de maneira consistente com as obrigações adquiridas pelos EUA em acordos internacionais” (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 5, 4 fev. 2009, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/39776/>>)

As negociações entre as lideranças políticas do Senado, da Câmara de Representantes e da Casa Branca começaram imediatamente após o encerramento da votação, em 10 de fevereiro. Cabe a eles reconciliar as distintas versões aprovadas na Câmara e no Senado e garantir que o Presidente Barack Obama receba o texto final até 16 de fevereiro.

Portanto, ainda é preciso aguardar para confirmar como – ou mesmo se – as controversas provisões “Buy American” constarão da versão final do pacote.

Em várias ocasiões, o Presidente Obama expressou sua preocupação de que a disposição “Buy American” se transforme em uma fonte de disputas comerciais. Por isso, solicitou aos senadores que a modificassem de forma a torná-la consistente com os compromissos assumidos

pelos EUA perante a OMC e nos acordos bilaterais.

Os legisladores estadunidenses atenderam ao pedido presidencial, ao acatarem a proposta de emenda apresentada pelos Senadores Democratas Byron Dorgan, Max Baucus e Sherrod Brown, na qual se estabelecia que as provisões do pacote de estímulo “deveriam ser aplicadas de maneira consistente com as obrigações contraídas pelos Estados Unidos em acordos internacionais”. Segundo Brown, a decisão do Senado garante que “estamos fazendo o possível para promover os negócios dos EUA e criar empregos, propósito da lei de recuperação da economia”.

Na opinião dos fabricantes europeus, os ajustes incorporados pelo Senado não são capazes, por si sós, de manter os fluxos comerciais desobstruídos. Afinal, como destacou Gordon Moffat, Diretor Geral da Confederação Europeia das Indústrias de Ferro e Aço (EUROFER), a votação do Senado não implicou a remoção da cláusula “Buy American”. “Trata-se de uma medida protecionista. Envia uma mensagem errada ao mundo justamente no momento em que todos deveriam se esforçar para manter seus mercados abertos”, afirmou Moffat.

A versão do pacote de estímulo aprovada na Câmara de Representantes, por sua vez, não inclui as exceções relativas aos acordos de comércio internacional mencionadas acima. A legislação permite, entretanto, que a autoridade competente suspenda a exigência de compra de ferro e aço domésticos caso considere que tal medida atende ao “interesse público”. Alguns analistas acreditam que, se implementada cuidadosamente, a suspensão poderia ser o meio pelo qual o governo evitaria a violação de acordos internacionais de comércio.

Reações severas no exterior

Os parceiros comerciais dos EUA manifestaram forte oposição à medida “Buy American”, considerada por muitos como protecionista – termo atualmente pejorativo na comunidade internacional, uma vez que existe um pedido generalizado de que os países resistam à tentação de fechar suas fronteiras ao comércio em meio à turbulência econômica.

“Precisamos reconhecer que qualquer medida protecionista não constitui uma via de mão única e que o protecionismo não é positivo para o mundo”, afirmou o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath.

“A ‘Buy American’ é, definitivamente, um equívoco”, declarou o Primeiro-Ministro do Japão, Taro Aso. “[A medida] Vai nitidamente contra o espírito da Organização Mundial do Comércio”.

O Canadá, maior parceiro comercial dos EUA, também criticou a provisão do pacote de estímulo. “Nós somos o maior fornecedor de energia para os Estados Unidos – não somente petróleo, mas também [energia] hidrelétrica – e eles precisam compreender que, se desejam segurança energética, não deveriam começar a colocar barreiras aos nossos bens e serviços. Esse equilíbrio de forças precisa ser compreendido pela administração que acaba de assumir”, declarou Michael Ignatieff, líder do Partido Liberal Canadense.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 5, 12 fev. 2009.

Fontes consultadas:

ICTSD. *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, No. 2, 10 fev. 2009. Disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/puentesquinzenal/40301/>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

Unctad: especialistas incentivam Cooperação Sul-Sul como resposta à crise

UNCTAD: especialistas incentivam Cooperação Sul-Sul como resposta à crise

Na medida em que os indicadores continuam a revelar o aprofundamento da crise financeira, os países em desenvolvimento (PEDs) podem reduzir os impactos negativos da turbulência

econômica por meio da cooperação com as nações do hemisfério Sul. Esta foi a conclusão geral da Reunião de Especialistas Plurianual sobre Cooperação Internacional: Cooperação Sul-Sul e Integração Regional”, realizada no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) em 4 e 5 de fevereiro, em Genebra.

Apesar de as previsões da UNCTAD apontarem para uma queda de cerca de 9,2% nas exportações dos PEDs em 2009, os especialistas reunidos em Genebra acreditam que o Sul pode se fortalecer frente à crise por meio da intensificação do comércio e dos fluxos financeiros. Historicamente, o crescimento de longo prazo dos PEDs sempre dependeu em grande medida das exportações para as economias avançadas. Dessa forma, a ocorrência de quedas agudas nos preços das commodities e o aumento da dificuldade de obtenção de crédito e de ajuda dos países desenvolvidos (PDs) produzem, normalmente, impactos negativos sobre as economias em desenvolvimento.

No entanto, segundo estimativas publicadas em janeiro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), os PEDs experimentarão crescimento de cerca de 3,3% em 2009, em contraste com os PDs, cujas economias enfrentarão retração de aproximadamente 2%.

“A crise financeira global abalou a estrutura da economia do Norte e também ameaça impactar o crescimento e as aspirações de desenvolvimento do Sul”. De acordo com o Secretário Geral da UNCTAD, Supachai Panitchpakdi, o momento é, portanto, ideal para identificar como a cooperação Sul-Sul pode auxiliar os PEDs em meio à crise.

Perspectivas de crescimento da cooperação Sul-Sul

A reunião dos especialistas foi estruturada em três sub-sessões: i) comércio Sul-Sul e crise financeira global; ii) cooperação Sul-Sul: integração regional e investimento externo direto (IED); e iii) crise financeira mundial e soluções Sul-Sul. O objetivo geral da reunião era avaliar como a cooperação Sul-Sul foi afetada pela crise e como a cooperação entre os países desse hemisfério pode contribuir para o desenvolvimento e a redução dos efeitos

negativos da atual crise. Ademais, os especialistas debateram formas de fortalecer os mecanismos de cooperação Sul-Sul em meio à turbulência econômica, com base, principalmente, em experiências inovadoras nesse sentido.

A expectativa de que haja aumento na interação entre os países da referida região se fundamenta em análises sobre o rápido crescimento observado recentemente nos fluxos comerciais entre PEDs, sugerindo que os esforços regionais e a solidariedade entre esses países podem contribuir para mecanismos de cooperação mais sólidos com vistas à proteção dos impactos negativos da crise.

Os dados corroboram as análises mencionadas acima: o comércio Sul-Sul apresentou uma taxa média de crescimento de 13% entre 1995 e 2007, totalizando USD 2,4 trilhões nesse período. Também, o intercâmbio comercial entre esses países respondeu por 20% do comércio mundial ao final de 2007.

O comércio Sul-Sul foi um dos componentes mais dinâmicos do comércio internacional nos últimos 10 anos, segundo Bonapas Onguglo, economista sênior da UNCTAD. Consciente dessa importância, principalmente no atual contexto, o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou desejar que o comércio Sul-Sul se mantenha, independentemente do que ocorra com os mercados financeiros. Nesse sentido, durante o Fórum Econômico Mundial, realizado em finais de janeiro, em Davos, Suíça, Amorim encontrou-se com os Ministros do Comércio da Índia, Kamal Nath, e da África do Sul, Mandisi Mpahlwa.

Se os PEDs continuarem crescendo, o mesmo ocorrerá com sua demanda por produtos essenciais produzidos em outros PEDs, de modo que o potencial de crescimento do comércio entre tais países é muito grande, o que lhes possibilita maior grau de independência em relação aos mercados europeu e estadunidense.

Ainda que seja improvável que os PEDs atinjam auto-suficiência completa, a expansão da cooperação entre eles pode ajudar a preencher a lacuna decorrente da decisão dos PDs de revitalizar suas próprias economias em 2009.

Dentre as medidas propostas pela reunião de especialistas da UNCTAD, destacam-se: pacotes regionais de estímulo e arranjos comerciais, bem como o aumento de empréstimos Sul-Sul e a diversificação de reservas externas, por meio das quais PEDs dão cobertura à dívida de outras nações, estratégia empregada com sucesso durante a crise financeira asiática de 1997.

Os especialistas também discutiram a reforma das instituições financeiras internacionais, assim como a necessidade de conclusão das negociações multilaterais da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC), interrompidas no final do ano passado (ver: Bridges Weekly Trade News Digest, 17 dez. 2008, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/36562/>>).

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Bridges Weekly Trade News Digest. UN Urges Increased South-South Cooperation in Response to Crisis. Vol. 13, No. 5, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/40497/>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

O Estado de São Paulo. Emergentes tentam elevar o comércio sul-sul. (09/02/2009). Economia e Negócios, 1A.

UNCTAD. Press release (UNCTAD/PRESS/PR/2009/002). (04/02/2009). Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=10995&intItemID=1528&lang=1>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

UNCTAD. Multi-year Expert Meeting on International Cooperation: South-South Cooperation and Regional Integration. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intItemID=4714&lang=1&m=15860&info=schedule>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil critica apreensão de medicamentos genéricos pela UE

O Embaixador brasileiro perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou a União Europeia (EU) por apreender um carregamento de medicamentos genéricos sob a alegação de que a ação “estabelecia um precedente perigoso” à saúde pública.

A carga de 500 quilos do medicamento para hipertensão Losartan Potássio foi confiscada em 4 de dezembro, quando o navio que a entregaria ao Brasil atracou em um porto na Holanda. As autoridades holandesas retiveram o carregamento por 36 dias antes de retorná-lo à Índia, onde haviam sido manufaturados.

Sob o atual regime de propriedade intelectual (que inclui o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS, sigla em inglês), as patentes são territoriais e protegidas de acordo com os ordenamentos de cada país.

O Losartan Potássio é patenteado na Europa, onde DuPont e Merck Sharp & Dohme detêm a patente e os direitos de comercialização do medicamento, de acordo com fontes da imprensa. O medicamento não é patenteado no Brasil e tampouco na Índia.

A apreensão dos remédios alimentou o debate sobre a melhor maneira de garantir acesso a medicamentos baratos a pacientes em países em desenvolvimento (PEDs). “A proteção da propriedade intelectual não pode se sobrepor à proteção de valores mais fundamentais, como a proteção da vida e o direito de promover saúde pública”, afirmou o Embaixador brasileiro Roberto Azevedo, durante a reunião do Conselho Geral da OMC, no início de fevereiro.

Azevedo afirmou que a decisão de impedir o trânsito de um carregamento de medicamentos genéricos – que não era direcionado ao mercado holandês – é inaceitável e estabelece um precedente perigoso. Afirmou ainda que existem

indícios de que não se trataria de um incidente isolado.

O Embaixador brasileiro alegou também que a ação da UE violou a seção “liberdade de trânsito” (artigo V) do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que estabelece que as mercadorias em “trânsito procedentes de outras Partes Contratantes ou a elas destinadas não serão submetidas a prazos ou restrições desnecessários e ficarão isentos de direitos de trânsito e de qualquer outro encargo relativo ao trânsito”. Segundo os argumentos brasileiros, a Índia também teria reclamado das ações da UE, enfatizando as potenciais consequências negativas do estabelecimento de um tal precedente.

Barreiras ao comércio legítimo de medicamentos genéricos prejudicam seriamente os esforços de organizações como Médicos sem Fronteiras, Fundação Clinton, Fundação Bill e Melinda Gates, comprometidas com o fornecimento de medicamentos e com a melhoria da saúde pública nos lugares menos desenvolvidos do mundo, afirmou Ujal Singh Bhatia, Embaixador indiano perante a OMC.

Bhatia também chamou atenção ao que classificou como uma tendência recente a uma abordagem “maximalista” na proteção da propriedade intelectual em diversas instâncias internacionais. Esta tendência, afirmou, representa um esforço para comprometer o equilíbrio delicado entre os titulares de direitos de propriedade intelectual e os objetivos de políticas públicas sob o acordo TRIPS.

Segundo fontes consultadas, dezesseis outros Membros da OMC também teriam apoiado a declaração do embaixador brasileiro: Argentina, Bolívia, Burkina Faso, China, Costa Rica, Cuba, Equador, Egito, Indonésia, Israel, Nigéria, Peru, Paquistão, África do Sul, Tailândia e Venezuela.

O Embaixador da UE, Eckart Guth, contudo, defendeu as ações das autoridades holandesas. Afirmou que a apreensão seria permitida pelo TRIPS e estaria baseada em provisões do direito aduaneiro europeu, segundo o qual as autoridades aduaneiras poderiam apreender temporariamente quaisquer mercadorias, caso suspeitem de um caso de violação de direitos de propriedade intelectual.

Guth afirmou que tais ações também poderiam ser justificadas pelo artigo 51 do acordo sobre TRIPS, que permite apreensão temporária de bens em caso de suspeita de violação de direitos de propriedade intelectual, por meio de apresentação de petição escrita perante as autoridades competentes, administrativas ou judiciais, para que a circulação dos bens em questão seja suspensa.

O Embaixador sustentou, entretanto, que Bruxelas não pretende, de forma alguma, comprometer a proteção da saúde pública ao proteger os detentores europeus de patentes.

Deixem-me enfatizar [argumentou Guth] que a UE não tem qualquer intenção de impedir o comércio legítimo de medicamentos genéricos ou de criar barreiras legais para bloquear o movimento de remédios para países em desenvolvimento. Estamos absolutamente comprometidos com os esforços que estão sendo feitos para facilitar o acesso a tais medicamentos”, ressaltou o Embaixador.

O Chanceler brasileiro, Celso Amorim, indicou que o Brasil está disposto a contestar as ações da UE diante da OMC, segundo publicado pela Associated Press em meados de janeiro. Amorim encontrou-se reservadamente com o Ministro do comércio indiano, Kamal Nath, durante o Fórum Econômico Global, em Davos para discutir o assunto.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 4, 4 fev. 2009.

Pacote de estímulo dos EUA deverá promover o setor de biocombustíveis

A administração Obama buscou atender às necessidades da indústria de etanol estadunidense, que enfrenta dificuldades, por meio da nova Lei de Reinvestimento e Recuperação (*American Recovery and Reinvestment Act*). Esta Lei integra o pacote de estímulo desenhado para colocar a

economia estadunidense de volta nos trilhos, o qual inclui diversas provisões voltadas para o setor de energia renovável dentre os quais se destacam os biocombustíveis.

Os produtores de etanol dos Estados Unidos da América (EUA) têm lutado contra a volatilidade dos preços de milho desde o início da crise financeira em setembro passado. A turbulência econômica também forçou certos consumidores a procurar opções mais baratas de combustível, o que gerou a necessidade de redução da capacidade de produção de etanol. Um dos resultados disso foi a queda nos lucros do setor.

A referida contração no mercado de biocombustíveis mostrou-se problemática para produtores estadunidenses como Cascade Grain Products, Northeast Biofuels e Panda Ethanol. Por exemplo, a VersaSun Energy Corp, segunda maior produtora de etanol nos EUA, fechou 12 de suas 16 usinas após pedido de proteção à falência em outubro passado. Em relatório publicado recentemente por Archer Daniels Midland Co – produtor de etanol e processador de grãos nos EUA –, estima-se que a fraca demanda tenha causado diminuição de 21% na capacidade de produção de etanol no país.

Com vistas ao fortalecimento da indústria de etanol, o Departamento de Agricultura dos EUA afirmou que irá buscar meios mais eficientes de produção, além das provisões no pacote de estímulo. O Secretário de Agricultura estadunidense, Tom Vilsack, assegurou que o Departamento deverá pesquisar, desenvolver e promover “melhores práticas” para aperfeiçoar a eficiência das usinas de etanol produzido a partir do milho.

Contração doméstica poderá aumentar importações

No entanto, a demanda não deverá continuar diminuindo por muito tempo, uma vez que os legisladores têm buscado implementar medidas para aumentar a procura doméstica por biocombustíveis.

A Lei de Independência e Segurança Energética de 2007 (*Energy Independence and Security Act of 2007*) –

medida desenhada para assegurar que a gasolina vendida nos EUA contenha uma porcentagem mínima de combustível renovável – determina que o país deverá utilizar 15 bilhões de galões de etanol de milho e um bilhão de galões de biodiesel até 2015.

O governo estadunidense pretende, ainda, aumentar as iniciativas de estímulo à demanda por etanol de celulose, derivado de colheitas que não são destinadas à alimentação. A nova Lei prevê que os EUA utilizem, até 2022, 16 bilhões de galões de etanol por ano.

Essas ambiciosas metas contrastam com a redução de capacidade produtiva observada no setor de biocombustíveis estadunidense. Ademais, se a oferta da indústria alcooleira não acompanhar o volume de demanda estipulado na Lei de 2007, será necessário que os EUA importem etanol de outros países, possivelmente do Brasil.

Nenhuma reação do Brasil

O Brasil já exporta aproximadamente 50% de sua produção de etanol para os EUA, embora Brasília venha criticando os subsídios concedidos por Washington aos produtores domésticos, bem como suas tarifas de importação. Juntos, Brasil e EUA representam 75% da produção mundial de etanol e mais de 50% da produção global de biodiesel.

Após o fracasso das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) em julho passado, um oficial de comércio brasileiro indicou que, provavelmente, Brasília daria início a uma disputa na OMC contra as tarifas de importação praticadas pelos EUA sobre o etanol. No entanto, o anúncio, em outubro de 2008, de uma parceria entre os dois países para a colaboração em um projeto de biocombustíveis parece indicar diminuição nas tensões bilaterais.

Mais recentemente, entretanto, o pacote de estímulo econômico estadunidense – em especial a provisão “Buy American” – tem gerado polêmica entre alguns dos parceiros comerciais dos EUA e poderá desencadear uma guerra comercial.

USD 18,5 bilhões disponíveis para energia eficiente e renovável

A legislação do novo pacote de estímulo econômico dos EUA inclui diversas provisões relacionadas às indústrias de energia renovável e de biocombustíveis. Tais iniciativas incluem a extensão do crédito tributário aos produtores de energia de biomassa até 2013, além de garantir USD 18,5 bilhões para projetos de eficiência energética e de energia renovável.

Os projetos de biocombustíveis que utilizam tecnologias em estágio “piloto” ou de “demonstração” são elegíveis para a nova iniciativa desde que sejam promissoras comercialmente. Legisladores esperam que esses projetos resultem em reduções substantivas das emissões de gases de efeito estufa não industriais.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol 9, No. 2 - 6 fev. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

Reunião em Madri pede “segurança alimentar para todos”

Lideranças de organizações internacionais e representantes de 126 países reuniram-se em Madri, Espanha, na última semana de janeiro, para discutir os problemas causados pela alta no preço dos alimentos no mundo em desenvolvimento.

A reunião sucedeu uma série de encontros em torno da temática da crise mundial dos alimentos, com destaque para a reunião organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) em Roma, Itália, em 2008.

Ao final da reunião de Madri, o governo espanhol prometeu fornecer anualmente €200 milhões, nos próximos cinco anos, com vistas a combater a fome.

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, e o Primeiro-Ministro da Espanha, Rodriguez Zapatero, enfatizaram que coordenarão esforços com as nações e outros atores, a fim de explorar as possibilidades de uma parceria global contra a fome e que promova pequenos agricultores.

As reações ao encontro de Madri foram diversas. Alguns participantes criticaram o fato de que, embora o encontro tenha enfatizado a necessidade de respaldar pequenos agricultores, com o objetivo de reduzir a pobreza e buscar soluções para a crise dos alimentos, poucos desses agricultores estavam presentes na reunião.

Anne-Laure Constantin, do Instituto para a Agricultura e Política Comercial observou que “não ocorreu nenhuma discussão substantiva” e que não houve uma confrontação real do problema em torno do atual modelo de produção agrícola. No entanto, ela saudou a iniciativa de formar uma nova parceria global em agricultura.

As discussões sobre o papel desempenhado pelo comércio na crise dos alimentos tiveram alcance limitado, embora a declaração final da reunião (disponível em: http://www.ransa2009.org/docs/docs/statement_eng_ransa2009.pdf; acesso em: 11 fev. 2009) conclame a eliminação de todas as formas de distorção da competição, com o objetivo de estimular e conduzir o comércio de bens agrícolas de uma forma justa.

Nas últimas semanas, a União Europeia (UE) foi fortemente criticada pelos Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) por retomar a implementação de uma política de subsídios à exportação – um dos subsídios distorcivos do comércio mais controversos – a laticínios, além de aumentar a ajuda a algumas exportações de carne de aves (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/38827/>), 28 jan. 2009). Alguns estudiosos atribuíram aos subsídios à produção agrícola em países desenvolvidos a eliminação dos incentivos para investimentos em bens agrícolas, bem como sua produção, em países em desenvolvimento.

Uma das sessões da reunião de Madri dedicou-se ao monitoramento de medidas de curto e longo prazos voltadas à garantia da segurança alimentar, chegando a abordar temas comerciais diretamente. Os documentos preparatórios para a reunião não apresentavam um caráter crítico quanto ao papel que as tarifas e tributos de exportação podem ter desempenhado sobre a alta no preço dos alimentos. Ao invés disso, os documentos detalharam que, na tentativa de aliviar os preços dos alimentos, alguns países eliminaram ou reduziram tarifas sobre esses produtos e acabaram sofrendo diminuição de suas receitas.

O representante do Diretor Geral da OMC, H. Singh, em sua intervenção na sessão sobre comércio, emitiu uma mensagem positiva com relação à liberalização do comércio, destacando que, “de 2008 a janeiro de 2009, (...) o número de países que adotaram políticas de liberalização do comércio [para tratar da crise global dos alimentos] foi superior ao de países que recorreram à restrição do comércio”.

Com o objetivo de reduzir as preocupações relativas à segurança alimentar doméstica, Singh mencionou as flexibilidades presentes no Acordo da OMC e os mecanismos de salva-guarda incluídos no esboço mais recente de agricultura da Organização.

De acordo com uma representante da Oxfam, Jenny Heap, uma das maiores conquistas da reunião foi o incentivo a uma abordagem mais participativa no processo. Os participantes da reunião concordaram que se deve conceder um espaço amplo de expressão para o Sul no que diz respeito às respostas para a crise dos alimentos, observou a representante.

Heap sublinhou, entretanto, a importância da atenção internacional constante sobre a crise dos alimentos e do cumprimento com as promessas de financiamento feitas durante a reunião da FAO realizada em Roma, em 2008. Somente 20% dos compromissos monetários feitos em Roma foram cumpridos até o momento, afirmou a representante.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 4, 5 fev. 2009.

Desemprego assume foco da crise econômica

O aumento do desemprego em escala mundial nos últimos meses tomou o primeiro lugar na atenção da mídia no que diz respeito à crise. A cada dia são veiculadas novas notícias sobre demissões em massa e revisão dos dados sobre os índices de desocupação.

Nos Estados Unidos da América (EUA), apenas no dia 24 de janeiro, foram anunciadas 74 mil demissões, um recorde histórico. Entre as empresas que despediram funcionários figuram Caterpillar, Pfizer, Nextel, Home Depot, Phillips e Dutch Bank. O Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (NBER, sigla em inglês) confirmou que a perda de 1,2 milhão de postos em 2008 foi o principal fator para determinar que a economia estadunidense havia entrado em recessão.

Nesse cenário, a criação de até 4 milhões de empregos foi o principal mote do lançamento do novo pacote de recuperação econômica dos EUA. O discurso adotado pelo Presidente Barack Obama nas primeiras semanas de seu mandato buscou restabelecer a confiança no mercado de trabalho, após a forte onda de demissões dos últimos meses. A saída de mais pessoas do mercado de mão-de-obra resultou em aumento da taxa de desemprego para 7,5%, índice não equiparado desde 1992.

Na Europa, o crescimento do desemprego tem provocado protestos voltados a restringir a entrada de imigrantes, principalmente não europeus. Como essa categoria costuma receber remuneração inferior à média da região, tem sido considerada ameaça mais sensível aos postos dos cidadãos locais em tempos de crise. Na Inglaterra, os protestos atingiram repercussão maior por meio de duas greves em usinas energéticas levadas a cabo pelos funcionários, em decorrência da contratação de imigrantes por salários reduzidos. Temendo manifestações semelhantes, o governo britânico dispensou cerca de 200 trabalhadores do leste europeu envolvidos nas obras de preparação para as Olimpíadas de 2012, para dar lugar a ingleses.

Ao contrário do que se esperava que ocorresse nos países emergentes – apontados como o motor do crescimento durante a crise –, os índices de desemprego nessas economias sofreram forte elevação no último trimestre. A compressão da demanda pelos países desenvolvidos, com consequente queda nas exportações, somada à baixa nos preços das *commodities* agrícolas, já se fizeram sentir na forma de desaceleração econômica. A baixa na produção tem sido acompanhada por dispensas maciças.

As taxas de desemprego no Brasil e na Rússia atingiram 7,2% e 7,7%, respectivamente – marca semelhante à estadunidense –, o que representa uma reversão da sustentada tendência de queda observada anteriormente. A China divulgou o retorno de 20 milhões de trabalhadores para a zona rural, por falta de empregos na cidade.

Os pacotes de recuperação econômica e outras medidas isoladas têm sido lançados pelos governos com o intuito de revitalizar as economias, na esperança de impedir a evolução do desemprego e criar novos postos. Dentre essas ações, destacam-se: gastos públicos em setores estratégicos como infraestrutura e energia; cortes tarifários para estimular produção e consumo; e incremento dos recursos destinados a auxiliar as classes atingidas pelas dispensas ou redução nas jornadas e salários.

Ainda que os planos apresentem os resultados esperados, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu mais recente relatório sobre a situação do emprego, projetou aumento de 30 milhões de desempregados no mundo. Na hipótese de insucesso nos pacotes e medidas de alívio, o número pode saltar para 51 milhões.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Organização Internacional do Trabalho. *Global Employment Trends*. (___/01/09). Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmstp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_101461.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2009.

O Estado de São Paulo. *Europeus reagem a trabalhador estrangeiro*. (03/02/2009). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=543502>. Acesso em: 03 fev. 2009.

O Estado de São Paulo. *Lula: desempregados devem ter dobrado no final de 2008*. (15/01/2009). Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/economia/not_eco307828,0.htm>. Acesso em: 17 jan. 2009.

O Estado de São Paulo. *Banco Mundial prevê crise de desemprego em 2009*. (14/12/2008). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger293752,0.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009.

Folha de São Paulo. *Com crise global, 20 milhões de chineses perdem emprego*. (03/02/2009). Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=543396>. Acesso em: 03 fev. 2009.

Folha de São Paulo. *Governo amplia o seguro-desemprego a afetados pela crise*. (12/02/2009). Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1202200902.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

construção civil e defesa. A organização da missão contou ainda com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

A pequena tradição de comércio entre o Brasil e os países visitados não impediu que diversos acordos fossem fechados e outros encaminhados. Na Argélia, as negociações concentraram-se na compra de jatos da Embraer e de produtos alimentícios brasileiros. Já na Tunísia, o interesse voltou-se à aquisição de tecnologia brasileira para processamento de alimentos, transporte e energia, além de projetos agrícolas. A Líbia, por sua vez, manifestou interesse em contratar empresas de construção civil para realizar projetos públicos voltados à construção de casas populares. Para essa linha de promoção, Miguel Jorge, Ministro do MDIC, anunciou que pediria ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a concessão de financiamento às empresas interessadas em instalar-se na Líbia.

A visita ao Marrocos, última parada da comitiva, rendeu a assinatura de um acordo para a criação de um comitê de promoção comercial e de investimentos, com o intuito de fazer avançar mais rapidamente o comércio bilateral. Segundo M. Maazouz, Ministro de Comércio Exterior do Marrocos, outros acordos semelhantes estão em negociação com os demais países da América do Sul, à exceção da Colômbia.

Miguel Jorge enfatizou a importância de missões como esta para a abertura de novos mercados. Conforme justificou o Ministro, as ofertas do Brasil em termos de transferência de tecnologia – especialmente nos setores de agricultura, processamento de alimentos, construção e energia – representam um grande diferencial para os parceiros comerciais africanos, que poderão desfrutar dos benefícios sem custos significativos. Miguel Jorge comemorou os bons resultados da iniciativa do governo para diversificar os parceiros comerciais, como parte da estratégia para amenizar os efeitos da crise econômica global, vez que os mercados dos Estados Unidos da América e da Europa encontram-se combatidos pela recessão.

O avanço das negociações, contudo, pode ser prejudicado pela falta de linhas de transporte

BREVES REGIONAIS

Missão de promoção comercial estreita laços com a África

Com vistas a incentivar a aproximação com novos parceiros comerciais, uma missão chefiada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) percorreu Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos entre os dias 25 e 30 de janeiro. O grupo foi integrado por cerca de 90 representantes de empresários do setor público e privado, pertencentes a ramos como agronegócio, energia, mineração, tecnologia da informação, automação industrial, automotivo, têxtil,

direto entre o Brasil e a África. Segundo o presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasil, Salin Taufic Schahin, esta foi a principal queixa dos empresários integrantes da delegação brasileira. Atualmente, em função da baixa demanda, as exportações para a região norte do continente africano passam pela Europa, o que eleva os preços e a demora das transações. Com o incremento do comércio entre os países, a partir dos acordos fechados durante a missão, Schahin acredita ser possível insistir com as empresas de transporte pela abertura de novas linhas.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC encerra missão comercial ao Norte da África. (29/01/2009). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8849>>. Acesso em: 03/02/2009.

Netcomex. África: Brasil e Marrocos criam comitê de promoção comercial. (02/02/2009). Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias_interna.php?q=d3d9446802a44259755d38e6d163e820&idn=e2a08f2ebe0d5593fdb22010cd00c7c2>. Acesso em: 03/02/2009.

Netcomex. Missão ao Norte da África resulta em acordos e anúncios de investimentos. (02/02/2009). Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias_interna.php?q=d3d9446802a44259755d38e6d163e820&idn=841b60e20ff680b0d59aa9d6902fe289>. Acesso em: 03/02/2009.

Netcomex. Transportes dificultam exportações brasileiras para países do norte de África. (02/02/2009). Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias_interna.php?q=d3d9446802a44259755d38e6d163e820&idn=d6b5b6924f7f8118104cd3e3921deac>. Acesso em: 03/02/2009.

Exportadores brasileiros de alimentos prospectam mercados no Japão

Em meio às dificuldades impostas pela crise financeira, exportadores brasileiros do setor de alimentação buscam conquistar novos mercados para seus produtos. Entre 3 e 6 de março, mais de 30 exportadores estarão reunidos no estande brasileiro da Foodex Japan 2009, a mais importante feira japonesa do setor de alimentação. Tal feira é considerada a principal porta de acesso ao mercado de produtos alimentícios de toda a região asiática.

A participação no evento, promovida pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) visa a consolidar a presença dos produtos brasileiros no mercado da região, bem como introduzir itens com maior valor agregado na pauta de exportação. Em um espaço de 360m² serão expostos produtos como erva-mate, carne bovina e de frango, café, refrigerantes, temperos, balas, chocolates e sucos de frutas, entre outros. Tais produtos poderão ser degustados pelos visitantes no “Bar Brasil”, que integra o estande.

Atualmente, o Brasil ocupa uma posição significativa no mercado japonês, sendo o principal fornecedor de carne de frango, suco de laranja e café no país. Mais de 90% da carne de frango importada pelo Japão provém do Brasil. As exportações brasileiras de suco de laranja, por sua vez, apresentaram um crescimento médio de 10% ao ano entre 2002 e 2007. No que diz respeito ao café, cuja participação no mercado japonês respondeu por 25% em 2007, há grande expectativa de crescimento das exportações, especialmente na categoria “café premium” – cuja forte demanda foi identificada pelo setor de Inteligência Comercial da APEX –. Para Juarez Leal, coordenador de imagem e acesso a mercados da APEX, um dos objetivos da feira seria justamente o de “mostrar ao Japão que temos produtos industriais sofisticados, e não apenas commodities”.

No mesmo sentido da participação brasileira na feira asiática está outra iniciativa da APEX, direcionada aos países árabes, os quais se

caracterizam pela alta renda per capita e por forte expansão demográfica, Nesse sentido, a APEX identificou alto potencial neste mercado e, por isso, está buscando aprimorar a percepção dos importadores locais em relação à “marca Brasil”. Com esse objetivo, a rodada de negócios “Flavours from Brazil”, a ser realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro em Dubai, Emirados Árabes Unidos, contará com a participação de 40 empresas exportadoras brasileiras de café, carne bovina, aves, biscoitos, doces, chocolates, frutas, sucos, lácteos, vinhos finos e produtos orgânicos. Sabe-se que os 12 principais países árabes, juntos, respondem por uma demanda de US\$ 30 milhões ao ano, absorvendo 4% de toda a produção mundial de bebidas e alimentos.

Tomadas em conjunto, iniciativas para a conquista de novos mercados às exportações brasileiras do setor de alimentos adquirem especial relevância diante do atual quadro de crise econômica. A dificuldade de obtenção de crédito e a queda da demanda e dos preços internacionais trouxeram graves efeitos aos agricultores brasileiros – que reduzirão a produção em 7,6% em 2009, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estima-se que as quedas mais significativas ocorrerão nas produções de algodão (16,8%), café (15,9%), trigo (15,5%) e milho (14,8%). As exportações agrícolas apresentam queda de 10,4% em janeiro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

APEX Brasil. Brasil busca novos negócios na feira asiática Foodex Japan 2009 (05/01/09). Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br>>. Acesso em 12 fev. 09.

APEX Brasil. Empresários brasileiros vão negociar alimentos e bebidas com compradores árabes (07/01/09). Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br>>. Acesso em 12 fev. 09.

O Globo. Safra do Brasil encolherá 7,6% com exportações menores e crédito caro (06/02/09).

Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=544484>. Acesso em 12 fev. 09.

Valor Econômico. Ações no mundo árabe também ganham força (03/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=543473>. Acesso em 12 fev. 09.

Valor Econômico. Apex busca acelerar avanço das vendas de café ao Japão (03/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=543477>. Acesso em 12 fev. 09.

Valor Econômico. Ministério confirma queda das exportações do campo (12/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=546369>. Acesso em 12 fev. 09.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

Local: Genebra, Suíça.

18 e 20 de fevereiro
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Japão

19 de fevereiro
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

23 de fevereiro
Reunião do Grupo sobre Facilitação do Comércio

25 de fevereiro
Reunião do Comitê sobre Compras Governamentais

25-26 de fevereiro
Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

27 de fevereiro
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão do Líbano

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>.

16 a 18 de fevereiro
Reunião de especialistas em transporte e facilitação do comércio
Genebra, Suíça

18 a 21 de fevereiro
I Workshop sobre revisão de políticas de serviços nacionais
Kathmandu, Nepal

23 de fevereiro
Reunião *Ad Hoc* de especialistas sobre construção de capacidades para o setor de seguros na África
Genebra, Suíça

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

17 a 18 de fevereiro
Conferência sobre energia e clima da Cooperação Energética da Região do Mar Báltico
Copenhague, Dinamarca

17 a 20 de fevereiro
Conferência *Lidando com o desafio global da água*, da Semana Mundial da Água
Washington, EUA

19 de fevereiro
Seminário parlamentar de alto nível sobre a crise econômica e financeira mundial

19 a 20 de fevereiro
Fórum Mundial sobre Concorrência
Paris, França

20 a 21 de fevereiro
Conferência *Capitalismo sustentável: finanças, commodities e o bem comum*
Roma, Itália

25 a 27 de fevereiro
Reunião plenária da Força Tarefa para Ação Financeira
Paris, França

26 de fevereiro
Apresentação do relatório *Impacto Econômico do Contrabando e da Pirataria*
Madri, Espanha

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações não divulgadas.

Cepal

Informações não divulgadas.

Informações Úteis

Concurso da ANPOCS e FFORD premia melhores trabalhos sobre a Constituição de 1988

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Fundação Ford abriram candidaturas para o concurso de Melhores Trabalhos sobre a

Constituição de 1988. O concurso é dirigido para professores, pesquisadores e alunos das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Serão concedidos 6 prêmios em dinheiro: 3 para estudantes, no valor de R\$ 2.500,00 cada; e 3 para pesquisadores e professores, no valor de R\$ 5.000,00. Os vencedores também receberão certificado da ANPOCS e terão seus trabalhos publicados em livro lançado durante o 33º Encontro Nacional da ANPOCS, em 2009. Os interessados em participar devem enviar seus trabalhos até 28 de fevereiro. Para mais informações, ver: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/456/52/>.

PIBIC abre inscrições

Estão abertas as inscrições para o programa de fomento à pesquisa voltado a estudantes de graduação – o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - CNPQ). A bolsa de R\$ 300,00 mensais é concedida durante 12 meses, prorrogáveis após avaliação institucional. As candidaturas devem ser enviadas até 28 de fevereiro.

Encontro anual da ASIL

O encontro anual da Sociedade Americana de Direito Internacional (ASIL, sigla em inglês) ocorrerá entre os dias 25 e 28 de março em Washington DC, EUA. A edição de 2009 do evento será organizada em torno da temática “International Law as Law”. A programação do encontro é fechada, ou seja, não há chamada para submissão de artigos. As informações sobre custos serão disponibilizadas em breve no site da ASIL. Para mais informações: <http://www.asil.org/annual-meeting.cfm>.

Projeto Pensando o Direito está com inscrições abertas

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL) abriram inscrições para o Projeto Pensando o Direito (BRA/07/004), relativo à Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa. Os interessados em participar devem enviar suas propostas de

projeto até 13 de março. Para mais informações, ver: <http://www.mj.gov.br/sal>.

Fullbright abre inscrições para bolsas nos EUA

A Fundação Fullbright abriu inscrições para o programa de bolsas para professores ou pesquisadores nos EUA. O programa prevê a concessão de até vinte bolsas, com os seguintes benefícios: bolsa mensal no valor de USD 3 mil durante três ou quatro meses, auxílio instalação de USD 3 mil, seguro saúde e passagem aérea de ida e volta em classe econômica. A data limite de envio de candidaturas é 31 de março de 2009. Para mais informações, acessar: <http://www.fulbright.org.br/bolsas14> ou enviar e-mail para rejaniam@fulbright.org.br.